

COMO O GÊNERO TEXTUAL NOTÍCIA PODE CONTRIBUIR PARA O ENSINO ANTIRRACISTA

HOW THE NEWS TEXTUAL GENRE CAN CONTRIBUTE TO ANTI-RACIST EDUCATION

CÓMO EL GÉNERO TEXTUAL NOTICIA PUEDE CONTRIBUIR PARA UNA EDUCACIÓN ANTIRRACISTA

Ana Rosy Alves Araujo Bezerra¹
Crisbelli Domingos²

“Uma civilização que se revela incapaz de resolver os problemas que o seu funcionamento suscita é uma civilização decadente. Uma civilização que prefere fechar os olhos aos seus problemas mais cruciais é uma civilização enferma. Uma civilização que trapaceia com os seus princípios é uma civilização moribunda.”
(Aimé Césaire. Discurso sobre o colonialismo, 1978, p. 13)

Resumo

Este estudo pretende elucidar e enfatizar a relevância do trabalho com o gênero textual jornalístico no ensino da Língua Portuguesa, nos anos finais da educação básica, como instrumento para uma educação antirracista. Com base nos estudos de Koch (1984) e Bakhtin (1994), a problemática consiste em analisar a importância da escolha de textos que possam estimular reflexões críticas para uma formação social e acadêmica. Para isso, propõe-se (I) uma investigação sobre como os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) e a BNCC (2018) para a área da Linguagem exploram conceitos de texto e gêneros textuais voltados ao ensino em sala de aula; e (II), de que forma os gêneros textuais jornalísticos podem ser empregados na docência dos últimos anos da educação básica, com vistas ao Parecer CNE/CEB n. 6/2011, que dispõe orientações para que o material utilizado nesse nível de educação se coadune com as políticas públicas para uma educação antirracista. Como resultado, a metodologia qualitativa e exploratória de pesquisa evidenciou que o emprego do gênero textual jornalístico no ensino da Língua Portuguesa, a partir de uma sistematização para análise (VAN DIJK, 1992) pode contribuir, significativamente, para a reflexão sobre o funcionamento da sociedade na ramificação de seus problemas, como o racismo, que tem como consequência o viver na ocupação contemporânea experimentando uma condição permanente de “viver na dor” (MBEMBE, 2018).

Palavras-chave: ensino de língua portuguesa; gêneros textuais jornalísticos; ensino antirracista.

Abstract

This study intends to elucidate and emphasize the relevance of working with journalistic texts in Portuguese teaching in basic's education final years as an instrument for an anti-racist education. Based on the studies of Koch (1984) and Bakhtin (1994), the problem consists in analyzing the importance of choosing texts that can stimulate critical reflections for a social and academic education. To do so, it is proposed (I) an investigation on how the National Curricular Parameters (1998) and the BNCC (2018) for Language explore concepts of text and textual genres aimed at classroom teaching; (II) how journalistic text can be used in basic's education final years with a view to the Parecer CNE/CEB n. 6/2011, which provides guidelines for the material used at this level of education to be in line with public policies for an anti-racist education. As a result, the qualitative and exploratory research methodology showed that the use of journalistic texts in Portuguese teaching, from a systematization for analysis (VAN DIJK, 1992), can contribute significantly to the reflection on the functioning of society in the ramification

¹Licencianda em Letras no Centro Universitário Internacional Uninter. E-mail: anarosy.lettras@gmail.com

²Docente da área de Linguagens e Sociedade, da Escola Superior de Educação do Centro Universitário Internacional UNINTER; doutoranda em Estudos Linguísticos na Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: crisbelli.d@uninter.com

of its problems, such as racism, which has as a consequence the living in contemporary occupation experiencing a permanent condition of “living in pain” (MBEMBE, 2018).

Keywords: Portuguese language teaching; journalistic textual genres; anti-racist teaching.

Resumen

Este estudio pretende dilucidar y enfatizar la relevancia del trabajo con el género textual periodístico en la enseñanza de la lengua portuguesa, en los últimos años de la educación básica, como instrumento para una educación antirracista. Sobre la base de los estudios de Koch (1984) y Bajtín (1994), el problema consiste en analizar la importancia de elegir textos que puedan estimular reflexiones críticas para una formación social y académica. Para ello, se propone (I) una investigación sobre cómo los Parámetros Curriculares Nacionales (1998) y la BNCC (2018) para el área de Lenguaje exploran conceptos sobre texto y géneros textuales destinados a la enseñanza en el aula; y (II), cómo los géneros textuales periodísticos pueden ser utilizados en la enseñanza en últimos años de la educación básica, con miras al Dictamen CNE/CEB n. 6/2011, que da lineamientos para que los materiales utilizados en ese nivel de educación estén alineados con las políticas públicas por una educación antirracista. Como resultado, la metodología de investigación cualitativa y exploratoria mostró que el uso del género textual periodístico en la enseñanza de la lengua portuguesa, a partir de una sistematización para el análisis (VAN DIJK, 1992), puede contribuir significativamente a la reflexión sobre el funcionamiento de la sociedad en la ramificación de sus problemas, como el racismo, que tiene como consecuencia vivir en la ocupación contemporánea experimentando una condición permanente de “vivir con dolor” (MBEMBE, 2018).

Palabras-clave: enseñanza de lengua portuguesa; géneros textuales periodísticos; educación antirracista.

1 Introdução

O Ensino de Língua Portuguesa foi significativamente alterado desde os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998). O que antes se limitava a explicações sobre normas gramaticais seguidas de diversas atividades e exercícios complementares de memorização do conteúdo, hoje dá lugar a um ensino contextualizado da disciplina. O docente de língua materna e disciplinas correlatas passou a ter a autonomia para sair da estrita abordagem gramatical e trabalhar com os diferentes gêneros textuais, uma vez que a reflexão textual promove o aprendizado de práticas sociais de leitura, escrita e interpretação cotidianas dos discentes. Nesta proposta, os gêneros textuais jornalísticos se destacam dada a variedade das temáticas dos textos, bem como as possibilidades de ensino que podem derivar dessas temáticas, tanto do ponto de vista de normas gramaticais inseridas nestes textos, como do aspecto da criticidade do aluno. Neste artigo, portanto, aborda-se a utilidade e eficácia dos gêneros textuais jornalísticos, com ênfase no subgênero notícia, no ensino reflexivo antirracista de língua portuguesa dos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.

A problemática deste estudo consiste em analisar qual a importância dos gêneros textuais jornalísticos para o ensino reflexivo antirracista da Língua Portuguesa, nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio. No intuito de responder a esta questão, observa-se de que maneira os gêneros textuais podem ser empregados em sala de aula, dentro do que os PCNs instituem sobre o uso textual. Levando-se em consideração que é a partir do texto que o

ensino de Língua Portuguesa se desenvolve, o objetivo geral desta pesquisa é compreender os tipos de gêneros textuais jornalísticos e como utilizá-los em sala de aula com propostas de reflexão social e, inerentemente, essa perspectiva se torna relevante para a área de Letras, o que justifica o desenvolvimento deste estudo.

Como objetivos específicos, o primeiro é abordar os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para o Ensino de Língua Portuguesa; o segundo é apontar quais gêneros textuais jornalísticos podem ser adotados em sala de aula para o ensino antirracista e, por fim, refletir sobre como ocorre a utilização destes textos na aula de Língua Portuguesa nos níveis escolares considerados. Em termos de método, esta investigação preliminar conta com uma abordagem qualitativa, de cunho exploratório. Conforme Gil (1996), as pesquisas exploratórias são realizadas, em geral, por meio de revisões de literatura.

No desenvolvimento teórico, o trabalho demonstra como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) orientam o Ensino da Língua Portuguesa. Para abordar os gêneros textuais, recorre-se aos conceitos de Koch (1984); para tratar os gêneros jornalísticos e seu potencial enquanto ferramenta de análise, apresentam-se as sistematizações teóricas de Van Dijk (2011), Sousa, Correia e Lima (2015), Dresch e Farias (2013), a fim de propor uma prática de reflexão textual antirracista por meio do subgênero textual notícia.

2 Os gêneros textuais nos parâmetros curriculares para o ensino de língua portuguesa

Desde os PCNs instituídos em 1998, o emprego de gêneros textuais em sala de aula tem sido frequentemente debatido por estudantes e professores da área de Letras, dada a vasta abertura de possibilidades didáticas que oferecem. O documento federal destaca que o ensino do Português Brasileiro precisa ser contextualizado e amparado em diversos gêneros textuais. Segundo os PCNs, “A compreensão oral e escrita, bem como a produção oral e escrita de textos pertencentes a diversos gêneros, supõe o desenvolvimento de diversas capacidades que devem ser focadas nas situações de ensino.” (BRASIL, 1998, p. 24). A proposta nacional é, portanto, que o ensino seja voltado ao uso dos gêneros textuais os mais próximos possíveis da realidade do aluno, proporcionando reflexão e criticidade à formação discente.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) surge, então, com a finalidade de reforçar o ensino contextualizado, propondo também o uso de diversos gêneros textuais enquanto objeto para o ensino da gramática, ampliando, assim, o contato do aluno com a prática da interpretação. Segundo a BNCC

[...] como consequência do trabalho realizado em etapas anteriores de escolarização, os adolescentes e jovens já conhecem e fazem uso de gêneros que circulam nos campos das práticas artístico-literárias, de estudo e pesquisa, jornalístico-midiático, de atuação na vida pública e campo da vida pessoal, cidadãs, investigativas (BRASIL, 2018, p. 136).

Nesse sentido, textos que apresentam uma linguagem objetiva, como é o caso dos jornalísticos, acabam ganhando destaque nas práticas de leitura e escrita em sala de aula, sobretudo quando se trata de textos informativos. O contato com novas informações enriquece o conhecimento, além, claro, de promover a ampliação do repertório lexical dos alunos. Isso acontece porque a todo instante nós, enquanto seres humanos, desenvolvemos a comunicação e dentro dessa capacidade comunicativa interativa está a intencionalidade individual e social que, para conseguir ser devidamente interpretada pelos alunos, precisa ser aprendida no ambiente formal escolar. Conforme disserta Bakhtin (1994, p. 274), “é por meio da palavra que uma pessoa se define em relação a outra, pois a palavra é uma espécie de ponte entre mim e os outros. O texto nada mais é que um conjunto de palavras e de ideias que tem como finalidade a comunicação entre os pares”. Considerando a importância da interpretação textual para a formação identitária e social dos alunos, Koch (1984) define texto como

[...] qualquer manifestação através de um estoque de sinais de um código. Pode designar toda e qualquer manifestação da capacidade textual do ser humano em um poema, em um romance, em uma pintura, em um filme etc., isto é, qualquer tipo de comunicação realizada por meio de um sistema de signos (KOCH, 1984, p. 21).

Assim, indivíduos são constituídos pela interação; constantemente, desenvolvem comunicação entre si expondo ideias e opiniões. Dessa forma, os gêneros textuais estão presentes no cotidiano, nas mais diversas formas de comunicação, oral ou escrita. É na diversidade dos gêneros textuais que a comunicação se torna possível, dadas as suas vastas características e implicações sociocomunicativas. Para Bakhtin (1994), os gêneros textuais

[...] constituem formas relativamente estáveis de enunciados, disponíveis na cultura, caracterizados por três elementos: conteúdo temático, estilo e construção composicional. As intenções comunicativas, como parte das condições de produção dos discursos, geram usos sociais que determinam os gêneros que darão forma aos textos (BAKHTIN, 1994, p. 274).

Considerando essas perspectivas teóricas, de maneira geral em sala de aula destaca-se a importância da observação, análise e ensino de gêneros textuais orais e escritos. Tal prática possibilita aos alunos não apenas o desenvolvimento da habilidade para a produção textual, mas também o aprofundamento da habilidade interpretativa, comunicativa e sociorreflexiva. Os gêneros textuais jornalísticos, por exemplo, oferecem subsídios para o ensino da língua

portuguesa, tanto pela diversidade de textos como pela natural intencionalidade comunicativa que carregam.

Independente do formato, se impresso, televisivo ou virtual, o jornal traz textos permeados de intencionalidade discursiva. Sousa, Correia e Lima (2015) indicam que a natureza dos gêneros jornalísticos está dividida em duas categorias: informativa, que pode ser nota, notícia, reportagem e entrevista; e opinativa, que pode ser editorial, comentário, artigo, resenha, coluna crônica, caricatura e carta.

Dresch e Farias (2013) observam que notícias e artigos de opinião são os textos mais utilizados em sala de aula. Devido ao caráter informativo, o gênero notícia proporciona o contato com informações atuais e históricas, abordando fatos e acontecimentos que tanto marcam os caminhos da humanidade como, simplesmente, podem apresentar argumentos relevantes, porém menos impactantes, presentes no cotidiano das pessoas.

A notícia, apesar de ser tratada como um gênero imparcial no que diz respeito à descrição do fato apresentado, é inegável que se torna imbuída de intencionalidade, ainda que de maneira velada, implícita. Toda notícia é escrita por alguém que não é imparcial. No desejo de noticiar algo, reside algum interesse ou ideia almejada por trás do texto. Seja em um jornal impresso ou em formato *online*, o gênero jornalístico notícia apresenta uma estrutura ou organização textual que, ao ser analisada em sala de aula, possibilita o pensamento crítico. Silva e Silva (2012) afirmam que

Essa organização textual, aqui entendida como superestrutura textual, embora possa sofrer variações e não seja rígida e inflexível ao extremo, confere uma regularidade de forma e conteúdo (já que as categorias estruturais são preenchidas por conteúdos semânticos) ao texto noticioso, tornando possível o seu conhecimento pelas pessoas, quer sejam jornalistas ou não (SILVA; SILVA, 2012, p. 3).

Outro gênero jornalístico utilizado em sala de aula é o artigo de opinião, que se caracteriza como um texto autoral e opinativo; qualquer pessoa, jornalista ou não, está convidado a produzi-lo. Castellani e Barros (2018) afirmam que o artigo de opinião tem a pretensão de polemizar algo que já é polêmico, isto é, a motivação de quem escreve esse texto é exatamente a polêmica em torno de um fato. As autoras defendem que

[...] o artigo de opinião permite ao autor se posicionar contra ou a favor de uma questão polêmica, de maneira implícita ou explícita em seu texto, e, assim, defender sua “tese”, ou seja, aquilo que ele acredita, a partir de argumentos convincentes para que convença o seu leitor (CASTELLANI; BARROS, 2018, p. 9).

Em resumo, tanto a notícia quanto o artigo de opinião são instrumentos profícuos para o ensino da Língua Portuguesa. Aliás, os gêneros textuais jornalísticos, em sua maioria, conferem inúmeras possibilidades didáticas ao docente que trabalha com a comunicação. No tópico seguinte pretendemos retratar como estes textos podem ser usados no ensino de Língua Portuguesa nos Anos Finais da Educação Básica.

3 O gênero textual jornalístico notícia e o ensino antirracista de língua portuguesa

É importante refletir como os textos jornalísticos têm sido empregados no meio educacional visto que, embora sejam dotados de intencionalidade discursiva, algumas abordagens de ensino ainda se resumem à análise gramatical e sintática do texto, na observação do que está ou não adequado na escrita. Cabe uma reflexão acerca do que o texto jornalístico pretende provocar no leitor, pois todo texto tem uma intenção comunicativa. Para Cyrre (2013),

[...] estudar o texto/discurso de jornal significa compreender não só como o texto produz sentido, mas para qual sociedade historicamente determinada produz sentido. Já que a mídia — enquanto detentora do poder de fazer-saber — é capaz de revelar a produção de uma mercadoria para um público determinado, pode direcionar esse produto-mercadoria para produzir ou reforçar mensagens ideológicas e, com isso, desqualificar os sujeitos do acontecimento noticiado, ou mesmo vir a enaltecê-los. Isso implica compreender tanto como os sentidos estão no texto/discurso quanto como ele pode ser lido (CYRRE, 2013, p. 42).

O ensino de Língua Portuguesa — nesta pesquisa delimitada aos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio —, além de trabalhar aspectos gramaticais necessários ao fluxo de aprendizagem da língua, precisa, principalmente, instigar no aluno o senso crítico e reflexivo sobre o seu contexto social. O discente necessita de repertório léxico, de vocabulário, mas também sofisticar o seu repertório comunicativo, de compreensão dos sentidos que provoca o texto, para o desenvolvimento da capacidade e habilidade interpretativa.

Além disso, há necessidade, nesta etapa de ensino, do desenvolvimento de uma produção textual aprimorada, não apenas vista como um conteúdo a ser avaliado ou a mera leitura de um paradidático com objetivos de atribuição de notas. A produção textual e a interpretação de textos precisam ser profundamente trabalhadas nos anos finais da educação básica, preparando o estudante para a fase seguinte, o Ensino Médio. Trabalhar diversos gêneros textuais é fundamental para que estes objetivos de aprendizagem sejam alcançados, conforme a BNCC e os PCNs.

Neste quesito, os gêneros textuais jornalísticos tornam-se instrumentos diretos e objetivos, na medida em que são constituídos por narrativas sobre acontecimentos reais em

contextos específicos explorando, geralmente, os conflitos e dificuldades sociais vividas pela população, entre elas o racismo. Para Troyna e Carrington (1990) a educação antirracista:

refere-se a uma vasta variedade de estratégias organizacionais, curriculares e pedagógicas com o objetivo de promover a igualdade racial e para eliminar formas de discriminação e opressão, tanto individual como institucional. Essas reformas envolvem uma avaliação tanto do currículo oculto como do currículo formal (TROYNA; CARRINGTON, 1990, p. 1).

No contexto brasileiro, Cavalleiro (2001) explicita ações céleres a serem tomadas em favor da igualdade racial, incluindo oito características básicas para uma educação antirracista: o reconhecimento do problema racial na sociedade brasileira; a permanente busca da reflexão sobre o racismo e seus impactos no ambiente escolar; repúdio a atitudes preconceituosas e discriminatórias no espaço escolar; a valorização da diversidade para a promoção da igualdade e do respeito; o ensino crítico sobre a história dos diferentes grupos que constituem a nação brasileira; a busca e o trabalho com materiais que proponham a eliminação do eurocentrismo nos currículos escolares; campanhas e projetos que fortaleçam o autoconceito de pessoas pertencentes a grupos discriminados.

No Brasil, após a aprovação da Lei nº 10.639/2003, que tornou o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira (BRASIL, 2005) obrigatório na Educação Básica pública e privada, um número expressivo de publicações científicas surgiu, com propostas sobre como trabalhar o ensino antirracista nas aulas de Língua Portuguesa. Evidência disso é como a lei de 2003 refletiu nas propostas dos PCNs (BRASIL, 1998) e BNCC (BRASIL, 2018) demonstradas acima. Na análise do tópico a seguir, demonstraremos a possibilidade de transpor o currículo formal para a prática de sala de aula.

4 Proposta de análise em sala de aula

Como exemplo de gênero textual jornalístico notícia, enquanto instrumento de leitura crítica com potencial para possibilitar o ensino reflexivo antirracista, foi considerado o seguinte texto:

Figura 1: O Gênero textual jornalística notícia



Fonte: G1 - Globo.com (2022)

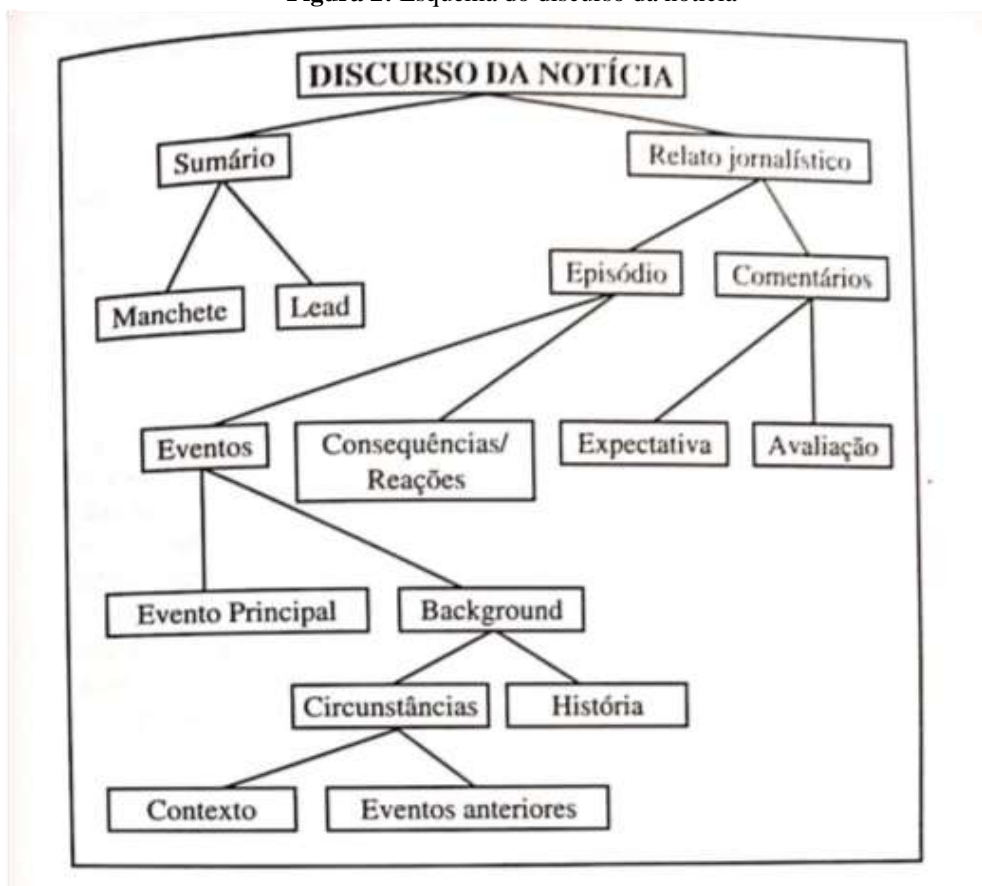
A manchete acima foi extraída do Portal G1 Goiás, publicada no dia 18 de fevereiro de 2022 e assinada pela jornalista Gabriela Macêdo, conforme o texto abaixo:

Uma auxiliar de serviços gerais negra, de 48 anos, denuncia que foi vítima de injúria racial em Anápolis, a 55 km de Goiânia. De acordo com a Polícia Civil, a mulher prestava um serviço de limpeza a uma empresa do Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA), quando teria ouvido a seguinte frase de uma colega de trabalho: "Todo negro que vem aqui não termina o serviço", foi registrado em boletim de ocorrência. À TV Anhanguera, a Qualicaps informou que as duas envolvidas fazem parte do quadro de empregados da empresa contratada para prestação de serviços de limpeza e que já notificou a empresa para tomar as providências necessárias. Já a Sistemas de Segurança e Tecnologia, empresa a qual a suspeita trabalha, se manifestou afirmando não tolerar "qualquer comportamento racista e preconceituoso". "Se ocorreram os comportamentos citados, esses se deveram exclusivamente por responsabilidade da própria funcionária, o que deverá ser devidamente apurado pelas autoridades", completou a empresa. O caso aconteceu na quarta-feira (17) pela manhã e foi registrado na Polícia Civil no mesmo dia. Em registro policial, a vítima relatou ter se sentido completamente ofendida e humilhada com a situação. Segundo o delegado responsável pelo caso, Ariel Oliveira, foi iniciada uma investigação preliminar, onde a responsável da empresa será intimada para prestar esclarecimentos, para que a funcionária seja identificada. "Se confirmada a discriminação, a suspeita poderá responder pelo crime de injúria racial, com pena de até 3 anos de reclusão e multa", explicou o delegado (MACÊDO, 2022, n. p.).

Conforme visto, o texto relata uma situação de injúria racial sofrida por uma mulher negra, auxiliar de serviços gerais, em seu local de trabalho. A funcionária, que afirma ter ouvido de uma colega de trabalho a frase "Todo negro que vem aqui não termina o serviço", prestou boletim de ocorrência junto à polícia civil da cidade de Anápolis, contando que foi ofendida e humilhada. Essa é uma síntese possível sobre o fato ocorrido, mas, no contexto de sala de aula nas séries delimitadas, precisa-se recorrer a algum tipo de instrumento metodológico ou sistematizado de análise, que possibilite a realização da leitura crítica e reflexão do tema.

Van Dijk (1992) propõe o uso de um diagrama como método analítico de textos jornalísticos enquanto instrumento de ensino reflexivo. Nesse sentido, propomos neste trabalho que o diagrama abaixo possa ser explorado em sala de aula, a fim de cumprir etapas interpretativas fundamentais até à finalidade da leitura aprofundada e crítica:

Figura 2: Esquema do discurso da notícia



Fonte: VAN DIJK, 1992, p. 147.

Ao se aplicar o esquema acima à notícia proposta para análise teremos, primeiramente, uma reflexão sobre o que é o discurso da notícia: que tipo de discurso motivou a denúncia relatada na notícia? Constata-se que a notícia em tela promove a identificação real de um discurso racista proferido por uma mulher branca, em um ambiente organizacional privado. A identificação de um discurso racista abre, por sua vez, a oportunidade para que os alunos relatem outras situações semelhantes que tenham visto ou vivenciado, eles, seus pais, sua família, amigos e/ou outros membros de sua comunidade.

Conforme o diagrama de Van Dijk (1992), o sumário, caracterizado como a organização do discurso da notícia, é composto da manchete e do lead. Na manchete, encontra-se que *Auxiliar de limpeza denuncia ter sofrido injúria racial de colega de trabalho: ‘Disse que negro não termina o serviço’*. Torna-se evidente que a jornalista deu ênfase à profissão da vítima,

deixando à superfície a posição hierárquica das funcionárias. Momento oportuno para debater, por exemplo, a comunicação organizacional, questionando se posições hierárquicas dão chancela para ferir, discursivamente, colegas que possuem cargo com remuneração menor. Além disso, a manchete revela o crime 'injúria racial' e o elemento do crime, que é a fala discriminatória e racista. Reitera-se que, desde 12 de janeiro de 2023, com a sanção da Lei 14.532 (BRASIL, 2023), a prática de injúria racial passou a ser expressamente uma modalidade do crime de racismo, tratada de acordo com o previsto na Lei 7.716/1989.

No Lead, lê-se que, *de acordo com a Polícia Civil, a mulher prestava um serviço de limpeza a uma empresa quando ouviu a frase discriminatória. A Polícia Civil investiga o caso.* No enunciado, é reproduzido um discurso de autoridade, a Polícia Civil, a fim de dar credibilidade à possibilidade de justiça ante a frase discriminatória, informando a investigação. No relato jornalístico, descreve-se o fato em ordem cronológica, informando o espaço geográfico do fato e os dados da vítima. Em seguida, descreve-se o episódio, com ênfase para o elemento discursivo do crime: *"Todo negro que vem aqui não termina o serviço"*, a fim de informar as consequências, que foi o registro de boletim de ocorrência seguido dos comentários sobre a investigação policial, pela avaliação da possibilidade de crime de injúria e expectativa de pena de até três anos de reclusão e multa.

Dado o evento principal do registro policial por injúria, foi incluído no texto da notícia o *background*, isto é, a informação de que a vítima relatou ter se sentido completamente ofendida e humilhada com a situação. Para a finalização da notícia, foi inserido o elemento da circunstância: *"À TV Anhanguera, a Qualicaps informou que as duas envolvidas fazem parte do quadro de empregados da empresa contratada para prestação de serviços de limpeza e que já notificou a empresa para tomar as providências necessárias"*. Foi inserido, também, o elemento do contexto: *"Já a Sistemas de Segurança e Tecnologia, empresa a qual a suspeita trabalha, se manifestou afirmando não tolerar qualquer comportamento racista e preconceituoso"*; e a responsabilização pelo evento atual ou anterior: *"Se ocorreram os comportamentos citados, esses se deveram exclusivamente por responsabilidade da própria funcionária, o que deverá ser devidamente apurado pelas autoridades"*.

Na observação de cada um desses elementos discursivos do gênero textual notícia, elencados e sistematizados no diagrama de Van Dijk (1992), os alunos são convidados a fragmentar as informações do texto de modo a entender e interpretar cada peça discursiva, a fim de que consiga, progressivamente, estabelecer uma opinião crítica sobre o fato ocorrido, que configura em um crime de injúria cometido pelo proferimento de um discurso racista dentro de uma organização privada.

A cada identificação dos conceitos de Van Dijk (1992) expostos no diagrama, cria-se um contexto interpretativo oportuno para debater questões — e outros relatos —, de hierarquia organizacional, desigualdade social, racismo, e, sobretudo, a oportunidade para ensinar quais direitos e órgãos devem ser buscados pelo próprio aluno, sua família e amigos nas instituições do Estado, quando forem alvos de um comportamento discursivo criminoso.

4 Considerações finais

Neste estudo, buscou-se analisar a importância dos gêneros textuais jornalísticos para o ensino da Língua Portuguesa, com vistas ao ensino antirracista a ser instituído, segundo a BNCC e os PCNs, nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Ao abordar especificamente os gêneros jornalísticos, buscou-se verificar, a partir da aplicabilidade de um método de análise de texto, como o gênero textual notícia pode contribuir, enquanto objeto, para a identificação de discursos racistas e possibilidades de tomada de atitudes e ações legais frente a esses discursos. Esperou-se neste artigo demonstrar como, a partir do ensino de Língua Portuguesa, é possível ensinar como buscar ajuda e formalizar denúncias ao Estado, se um dia o estudante for exposto à discriminação.

Acredita-se na relevância da contribuição dada pelos textos jornalísticos ao ensino de Língua Portuguesa nos anos finais da educação básica, devido à capacidade de produção e análise textuais, bem como às possibilidades de práticas de leitura e de escrita que oferecem informação útil ao meio escolar gerando, de maneira multiplicadora, impactos sociais positivos no combate ao racismo estrutural. Afinal, como diz Mbembe (2018), o racismo tem como consequência a ocupação contemporânea experimentada em uma condição permanente de “viver na dor”. Se os espaços educacionais não promoverem a quebra dessa permanência, então nossa civilização continuará se revelando incapaz de resolver os problemas que o seu funcionamento suscita, o que a caracteriza como decadente (CÉSAIRE, 1978).

Referências

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: M. Fontes, 1994.
BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/SEF, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 20 nov. 2022.

BRASIL. Lei n.º 14.532, 11 jan. 2023. Altera a Lei n.º 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (Lei do Crime Racial), e o Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar como crime de racismo a injúria racial, prever pena de suspensão de direito em caso de racismo praticado no contexto de atividade esportiva ou artística e prever pena para o

racismo religioso e recreativo e para o praticado por funcionário público. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 161, n. 8-B, 11 jan. 2023.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/pcn/portugues.pdf> Acesso em: 20 nov. 2022.

CASARIN, Helen de Castro Silva; CASARIN, Samuel José. **Pesquisa científica**: da teoria à prática. Curitiba: Intersaberes, 2012.

CASTELLANI, Rithielle Aparecida; BARROS, Eliana Merlin Deganutti de. Modelo teórico/didático do gênero artigo de opinião: ferramentas para análise do gênero. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 8, n. 2, p. 196-214, maio/ ago. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22168/2237-6321-21178>. Acesso em: 25 nov. 2022.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. 1. ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1978.

CYRRE, Magda Regina Lourenço. Reflexões sobre o discurso jornalístico: contribuições para interpretação. **Revista Entrelinhas**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, jul./dez. 2013. Disponível em: https://redib.org/Record/oai_articulo3905821-reflex%C3%B5es-sobre-o-discurso-jornal%C3%ADstico-contribui%C3%A7%C3%B5es-para-interpreta%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 20 out. 2022.

DRESCH, Márcia; FARIAS, Kelen Pereira. Notícias e editoriais no ensino de português. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE LINGUAGENS E ENSINO (SENALE), 7., 2012, Pelotas. **Anais [...]**. Pelotas: SENALE, 3-5 out. 2012. Disponível em: https://ucpel.edu.br/senale/cd_senale/2013/Textos/trabalhos/39.pdf. Acesso em: 22 out. 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

KOCH, Ingedore Grünfeld Villaça. **Argumentação e linguagem**. São Paulo: Cortez, 1984.

MACÊDO, Gabriela. Auxiliar de limpeza denuncia ter sofrido injúria racial de colega de trabalho: “Disse que negro não termina o serviço”. **G1 Goiás**, Goiânia, 18 ago. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2022/08/18/auxiliar-de-limpeza-denuncia-ter-sofrido-injuria-racial-enquanto-trabalhava-em-empresa-disse-que-negro-nao-termina-o-servico.ghtml>. Acesso em: 25 nov. 2022.

MBEMBE, Achile. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985. SILVA, Pollyanna Honorata; SILVA, Mariana Batista do Nascimento. Notícia: a fluidez de um gênero. **Anais do SIELP**, Uberlândia, v. 2, n. 1, 2012. EDUFU. Disponível em: http://www.ileel.ufu.br/anaisdosielp/wp-content/uploads/2014/07/volume_2_artigo_249.pdf. Acesso em: 25 nov. 2022.

SOUSA, Alexandre Melo de; CORREIA, Alessandra Mustafa da Silva; LIMA, Hadhianne Peres. Gêneros textuais jornalísticos e ensino de língua portuguesa. **Revista Tropos**, Rio

Branco, v. 1, n. 4, dez. 2015. Disponível em:
<https://periodicos.ufac.br/index.php/tropos/article/view/261>. Acesso em: 22 out. 2022.

TROYNA, Barry; CARRINGTON, Bruce. **Education, racism and reform**. London: Routledge, 1990.

VAN DIJK, T. **Cognição, discurso e interação**. São Paulo: Contexto, 2011.

VAN DIJK, T. Estruturas da notícia na imprensa. *In*: VAN DIJK, T. **Cognição, discurso e interação**. São Paulo: Contexto, 1992.